

# ATAQUE À FAU ABALOU ARQUITETURA BRASILEIRA E GEROU CRISE NA VANGUARDA

Beatriz Vicentini<sup>1</sup>

Daniel Garcia



Prédio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: marco arquitetônico, cultural e político

*Figura mais emblemática dos anos 1960 e 70 nas perseguições ideológicas ocorridas na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, logo após o golpe militar o professor João Batista Vilanova Artigas chegou a ser preso nas dependências da própria unidade, permanecendo encarcerado por 12 dias. Em 1969, com base no AI-5, vieram as cassações dos professores Paulo Mendes da Rocha e Jon Andoni Maitrejean e do próprio Artigas, que faziam parte, com outros docentes da FAU, da chamada “Escola Paulista” de arquitetura*

“A vanguarda da arquitetura no Brasil estava alinhada ao pensamento de esquerda e foi diretamente atingida pelo regime militar. Na USP, e em outras instituições de ensino de arquitetura, foram interrompidas discussões imprescindíveis sobre o processo de produção da construção civil no Brasil, a função social da arquitetura, a questão da habitação popular, as reformas urbanas e a gestão dos espaços públicos de convivência. Gerações foram privadas de terem aulas ou desenvolverem pesquisas com grandes nomes da arquitetura brasileira, ganhadores de prêmios internacionais e articuladores de organizações de ofício de grande influência no país e importantes no cenário internacional. Mostra-se evidente a perda ao ensino e ao desenvolvimento de novas ideias na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP após o golpe civil-militar.”

Para além da farta documentação e depoimentos reunidos no relatório

específico da Comissão da Verdade da USP (CV-USP) sobre a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), a conclusão expressa nas 349 páginas é inequívoca. Os efeitos foram muito além do caráter pessoal ou a grupos políticos afetados pelas perseguições e afastamentos de docentes, prejuízos a carreiras de recém-formados, veto a contratações, vigilância sobre lideranças estudantis. “A ditadura instalada em 1964 redundou em profunda crise na vanguarda da arquitetura modernista brasileira... No cenário de afastamentos e cassações de lideranças acadêmicas, agravado pela escassez de informações externas, como publicações, congressos e debates, desencadeou-se uma crise intelectual cuja lenta recuperação ainda se faz sentir no século XXI. As conquistas alcançadas, inclusive um lugar de prestígio internacional, desfizeram-se como ruínas.” Os depoimentos confirmam que, neste quadro, a FAU perdeu sua hegemonia.

**As tentativas de controle se manifestaram antes de 1964 na FAU. Oscar Niemeyer, um profissional já reconhecido no exterior, foi vetado como professor em 1951, quando o reitor era Ernesto Leme. O veto provocou uma greve estudantil e a Reitoria reagiu com truculência, fechando a faculdade *sine die***

A arquitetura sempre trouxe preocupações para os detentores do poder, por sua prática diretamente vinculada a uma visão de desenvolvimento. As tentativas de controle já se manifestavam antes de 1964 na FAU,

criada em 1948 a partir do curso de engenheiro arquiteto até então oferecido pela Escola Politécnica. Nela se misturavam disciplinas técnicas e artísticas, padrão mantido até 1962, com a reforma curricular. 1951 registra o veto a Oscar Niemeyer, então profissional já reconhecido internacionalmente, como professor. Respondia pela Reitoria da USP Ernesto Leme, cujo mandato se caracterizou pela proximidade e colaboração com o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops), à procura dos considerados comunistas.

O veto a Niemeyer na FAU provocou uma greve dos estudantes e a reação truculenta da Reitoria, com o fechamento da faculdade por tempo indeterminado, com acusações às lideranças do movimento de serem “esquerdistas”. 1954 também anotaria a demissão de João Batista Vilanova Artigas, docente da Escola Politécnica, onde se formara em 1937.

Em 1949, aprovado em concurso, Vilanova Artigas passara a responder pela disciplina Composição de Arquitetura junto à FAU, mas foi demitido após integrar a Excursão Internacional de Arquitetos pela Paz, em Varsóvia, e visitar a União Soviética (URSS). A pressão dos estudantes foi imensa e ele retornou como professor em 1955, indicado pela Comissão de Ensino.

Artigas é a figura mais emblemática dos anos 1960 e 70, nas perseguições ideológicas na FAU. Compôs, com outros profissionais, como Paulo Mendes da Rocha, Joaquim Guedes, Carlos Millan, Fábio Penteadó, Pedro Paulo Saraiva, Abraão Sarnovitch, Jon Andoni Maitrejean, Ruy Ohtake, alguns deles também docen-

tes da FAU, o grupo identificado como Escola Paulista da arquitetura brasileira. Mais tarde, outros professores da FAU, contratados pelo próprio Artigas, romperiam com suas propostas, destacando-se Rodrigo Lefèvre, Sérgio Ferro e Flávio Império, indicados como os fundadores da chamada “Arquitetura Nova”.

As divergências se deram com relação ao projeto desenvolvimentista do país e seus efeitos sobre a arquitetura que se propunha e se praticava, buscando a reformulação do pensamento político e formas de reação ao governo militar, que envolviam inclusive a adesão à luta armada. A maioria deles, tanto de um grupo como de outro, enfrentou da cassação às tentativas de demissão na FAU e contratações engavetadas, como documentado pela Comissão da Verdade. Os efeitos foram devastadores e de longo prazo. Mas, até hoje, suas obras e propostas arquitetônicas se mantêm como referenciais no país.

Artigas, cuja trajetória se misturava com a da própria FAU, foi visado por sua vinculação ao Partido Comunista (PCB) e pelo envolvimento constante no debate curricular visando à formação de arquitetos mais engajados e críticos. Seu inovador projeto para o prédio da FAU, na Cidade Universitária, oferecia espaços que expressassem e facilitassem as novas propostas de ensino e pesquisa, privilegiando “a intersecção dos saberes, e convergência das artes, humanidades e técnica”.

Uma perspectiva que se fortaleceria na sua proposta de implantação do “Corredor das Humanas”, a se constituir pelos diversos edifícios da área, iniciando-se com o prédio da

História e Geografia e se estendendo até a FAU, buscando eliminar a dificuldade de comunicação entre as unidades espalhadas pelo campus da USP. Mas, como destaca o relatório da CV-USP, esse projeto foi “abortado” pelo golpe de 1964.

**No segundo semestre de 1964, Vilanova Artigas foi preso nas dependências da FAU, diante de docentes, de funcionário(a)s e de estudantes. Permaneceu detido por 12 dias e, depois, exilou-se no Uruguai. Rodrigo Lefèvre e Sérgio Ferro foram interrogados em salas de aula. Em 1970, ambos viriam a ser torturados na OBAN**

Num clima de repressão, com atos de intimidação à comunidade acadêmica, logo após o golpe de 1964 foram instituídos inquéritos policiais militares (IPMs) conduzidos por oficiais dentro da USP, para identificar supostos atentados à segurança nacional. Como decorrência do IPM sobre a FAU, no segundo semestre de 1964 foram processados Vilanova Artigas e Abelardo Riedy de Souza, depois absolvidos.

Artigas foi preso nas dependências da FAU, diante de colegas docentes, de funcionário(a)s e estu-



Professor João Batista Vilanova Artigas, figura emblemática

dantes, permanecendo detido por 12 dias e, depois, indo para o exílio no Uruguai. Outros docentes, como Rodrigo Lefèvre e Sérgio Ferro, foram interrogados em salas de aula. Em 1969, com base no Ato Institucional nº 5 (AI-5), vieram as cassações dos professores Paulo Mendes da Rocha e Jon Andoni Maitrejean, do próprio Artigas e de mais vinte e um docentes da USP, assim como do reitor em exercício, Hélio Lourenço de Oliveira. Artigas também é aposentado compulsoriamente.

Segundo análise da CV-USP, “na Faculdade de Arquitetura, e em outras unidades da universidade, as cassações atingiram aqueles que tinham uma participação mais ativa nos debates sobre a reforma do ensino na Universidade de São Paulo e nos primeiros movimentos de oposição ao regime militar”. Mendes da Rocha e Maitrejean eram membros do Conselho Universitário, no qual não se furtavam aos debates. Em 1970, aconteceram as prisões de Lefèvre e Ferro

pela Operação Bandeirantes (OBAN), quando enfrentaram a tortura. Acusados de envolvimento com a Ação Libertadora Nacional (ALN), grupo armado de oposição à Ditadura Militar, foram condenados e cumpriram pena no Presídio Tiradentes.

Em todo o país, o regime militar buscava eliminar seus opositores. Mas tanto durante o IPM quanto em 1968 não houve protestos oficiais da USP ou da FAU com relação às cassações, à presença de militares em salas de aula e às prisões. E mesmo uma comissão de arquitetos e professores que visitou Lefèvre e Ferro na prisão, ainda que constatando as marcas de tortura, permaneceu calada.

Mas, para além dos atos oficiais, começava, então, um período em que contratos passavam a ser arquivados ou indeferidos na Reitoria, sem justificativa, e diretores de unidades e chefes de departamento ouviam de forma extraoficial que se tratava de exigências de “órgãos de segurança”. No caso da FAU foram apontados “ex-

pedientes como alegação de falta de verbas, acumulação de cargos e contratos ‘esquecidos’ na Reitoria, além de outros processos arquivados sem qualquer justificativa”.

No tocante às gestões dos reitores Miguel Reale (1969-1973) e Orlando Marques de Paiva (1973-1977), encontrou-se farta documentação relacionada à Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI), instalada em 1972, que “assessorava a Reitoria com informações que qualificavam os investigados em razão de suas posições políticas e de condutas consideradas em desacordo com as orientações do regime militar”. Se a AESI vetava alguém, não se contratava<sup>2</sup>.

Listam-se nesta documentação detalhada do relatório sobre a FAU vários prejudicados por tais práticas, como Décio Tozzi — cujas tentativas de contratação se desenvolveram de 1972 até 1982, com idas e vindas, negativas, silêncios sem justificativa. O que o levou, em 2004, a solicitar reparação ao governo pelas perseguições. Somente então a Procuradoria da USP reconheceu que, um tanto obviamente, “os indeferimentos eram irregulares porque não apresentavam justificativa, indicando, portanto, pelo contexto, clara motivação política em suas decisões”.

Afetado(a)s por procedimentos semelhantes, listam-se ainda Paulo César Xavier Pereira, Mayumi Watanabe, Sérgio Pereira de Souza Lima, Janice Theodoro da Silva<sup>3</sup>, Sérgio Paulo Moreyra, Irineu Mangilli Filho, Carlos Roberto Monteiro de Andrade, Philip Oliver Mary Gunn, Sylvia Ficher<sup>4</sup>, Pedro d’Alessio e Ricardo Itsuo Ohtake, vítimas de tentativas frustradas de contratação cujos pro-

cessos foram postergados, engavetados ou arquivados sem justificativas. E do que eram suspeitas tais pessoas para que tivessem o exercício da docência vetado ou postergado pela Reitoria? Nas fichas anexadas ao relatório há desde menção a condenação já cumprida ao início dos anos 1970 até simplesmente ter assistido a aulas ministradas por alguém considerado “terrorista”, ter participado de Congresso da UNE em 1963, ou ter sido morador do Conjunto Residencial (Crusp).

**Depois da Anistia, docentes anistiado(a)s que buscaram reintegrar-se à USP tiveram que lidar com adiamentos e outras dificuldades. Artigas era regente de cátedra em 1969, quando foi cassado, mas retornou como auxiliar de ensino! Somente em 1984 conseguiu prestar concurso para titular, e logo morreria**

Falar das reintegrações ocorridas posteriormente à Lei da Anistia, de 1979, é relatar ainda mais constrangimentos impostos aos cassados, como comprovado no relatório. Os professores que buscaram sua reintegração à USP enfrentaram adiamentos, dificuldades com relação à sua titulação e ao tempo de serviço.

Artigas exercia funções de regente de cátedra, o equivalente a professor catedrático, quando foi cassado em 1969, mas retornou como auxiliar de ensino! Um concurso para ser reconhecido como professor titular foi dificultado durante anos, só acontecendo em 1984, às vésperas de sua aposentadoria compulsória e poucos meses antes de sua morte. Mendes da Rocha foi reintegrado em 1980, mas a oportunidade de se tornar titular só aconteceu em 1989, também às vésperas de sua aposentadoria. Maitre-jean se reintegrou como professor no Departamento de Projeto, onde atuou até sua aposentadoria, em 1987.

Sérgio Ferro e Rodrigo Lefèvre, quando foram libertados em fins de 1971, ainda eram oficialmente professores da FAU, mas não lhes foi permitido voltar às aulas. Ferro transferiu-se para o exterior e seu contrato com a FAU foi extinto em dezembro de 1973. Lefèvre moveu processo contra

a USP para ter seu contrato mantido, ainda que com parecer contrário da AESI, como se verificou depois: “esta AESI já tomou providências visando evitar seja renovado o atual contrato, que findará a 31 de dezembro de 1974”. Foi reintegrado em fevereiro de 1975 e permaneceu como professor até sua morte, em 1984.

O relatório da CV-USP sobre a FAU deixa muitas questões em aberto, trazendo poucos registros sobre estudantes e funcionários. Mas admite que realmente não teve a pretensão de “oferecer uma análise global das perseguições políticas que atingiram a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo ou dos supostos atos injustos praticados a partir de seus quadros”, uma vez que a abordagem escolhida tem por recorte os atos praticados contra os professores da instituição, não abrange as ocorrências com os funcionários e trata tangencialmente a história de seus alunos e alunas. Nos seus anexos, além de várias atas e documentos da tramitação de processos internos da USP, o relatório reproduz fichas individuais de docentes e estudantes, localizadas nos arquivos do Deops e do Serviço Nacional de Informações (SNI). A íntegra da publicação pode ser conferida no site da CV-USP<sup>5</sup>.

## Notas

- 1 Jornalista. Especial para a *Revista Adusp*.
- 2 A CV-USP dedica à AESI um relatório específico: [https://drive.google.com/drive/folders/1-3ca-oCw3a4bksREPbwZ\\_y-u4TJgzf7U](https://drive.google.com/drive/folders/1-3ca-oCw3a4bksREPbwZ_y-u4TJgzf7U). Uma reportagem pioneira foi publicada na *Revista Adusp* 33 (2004): <https://www.adusp.org.br/files/revistas/33/r33a06.pdf>.
- 3 Depois de lecionar por um breve período na Unicamp (1979 a 1982), Janice ingressaria, em 1983, no corpo docente da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP), tornando-se, em 1997, professora titular do Departamento de História. Nas décadas de 1960 e 1970 atuou no movimento estudantil e no Partido Operário Comunista (POC) e foi presa pelo DOI-CODI em 1971. Presidiu a CV-USP.
- 4 Graduada pela própria FAU em 1972, Sylvia tornou-se docente da Universidade de Brasília (UnB) em 1982. Em 2019 recebeu o título de Professora Emérita da UnB.
- 5 Vide <https://drive.google.com/drive/folders/1J73t6qk0XnXX2E-yPrRQYlmohSxRO9v9>.